VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 18 DE JULHO DE 2024

ATA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais:, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Natália Maria Soares Gonçalves, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Pedro Petiz de Castro Viana.----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Mário Fernandes Gomes, Carla Isabel Argueles Cáceres, substituída por Vânia Maria Melo Rocha, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Carlos José Pinto Vergueiro, substituído por Tiago Alberto Ramos Cunha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituída por Manuel Benjamim Leite Soares, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído José Manuel Ferreira, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por João Pedro Ferreira Martins, Joaquim Moreira Barbosa, substituído por Pedro André Silva Dantas, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira substituído por, Alcides do Couto Pereira e Luís Miguel Pereira Alves Nogueira que justificou a falta.----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, substituído por Sofia Alexandra Oliveira Ramos, Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Cipriano Manuel

Rodrigues Fonseca de Castro, substituído por Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, substituído por Gil Manuel Camarinha da Costa, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo substituído por Maria Eduarda Amaral Ferreira, Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, substituída por Maria Cacilda Lopes. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, Rui Manuel Alves da Rocha Pereira e----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal, e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou do falecimento do pai do senhor Deputado Joaquim Barbosa do Grupo Municipal do PSD, propôs um minuto de silêncio, o qual foi aceite e realizado de seguida. ----------

Ponto 1 - Público.----------

Senhora Maria Idália (União de Freguesias de Mafamude/Vilar do Paraíso) na sua intervenção disse morar na Rua Marquês Sá da Bandeira, há três anos, e que a casa não tinha condições de habitabilidade. Tinha conhecimento que o seu senhorio de uma mesma fração tinha construído três casas. Que já o tinha questionado e que lhe respondeu que a Câmara é que tinha autorizado. Pedia ajuda à Câmara e ao mesmo tempo perceber porque lhe deram a suposta autorização, quando a fração não estava registada nas finanças, nem em lado nenhum.----------

Senhor José Fonseca (Freguesia de S. Félix da Marinha) na sua intervenção, disse ter um terreno na Rua do Comércio, nos Carvalhos, com cerca de 20 casas, e tem um projeto de construção chumbado, quando na mesma rua existem outras construções com menos área de terreno que o dele. Sentia-se perseguido e injustiçado com tal situação. Segundo o mesmo estava em causa a vida de uma empresa, que não tem projetos aprovados por causa de 30 centímetros, e ele também não arriscava fazer obras clandestinas. Que o presidente e toda a sua equipa deveriam ter a sensibilidade, que pensa terem, de considerarem que quando chumbavam um projeto, colocavam em causa o ganha-pão de famílias. Colocou outro assunto da Rua do Comércio que pensava ser simples de resolver.-Era vítima de violência. Explicou o porquê. Tinha a ver com a

cedência de terreno para o domínio público e de todos os custos associados ao facto, desde as infraestruturas, incluindo licenças, passeios e até a caução para garantir a execução da obra. Criticou os funcionários da Câmara que fazem planos de estudos de pavilhões de zonas industriais para melhor organizarem os serviços. Mas em São Félix da Marinha, numa rotunda, está localizada uma fábrica, que estava curioso e gostaria de saber qual o motivo.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu aos munícipes e relativamente à questão da habitação, disse que a senhora Dona Maria Idália em todas as reuniões de câmara, pedia uma habitação municipal. Julgava haver ali um equívoco, dado que já tinha colocado o assunto do licenciamento, e lhe tinha sido explicado que a Câmara não possuía nenhum papel de licenciamento, desse tipo de habitação. Que isso obedeceria até um pedido de fiscalização. Fiscalização, que as entidades que tutelam o arrendamento, e não a Gaiurb, podem fazer. Portanto, que o município licenciava casas, pavilhões, apartamentos, prédios e por aí fora. Não licenciava a divisão de prédios para arrendamento. Que até nem se importaria que fossem os serviços do município a pedir a uma fiscalização. Se assim o desejassem poderia acionar a ASAE e as entidades respetivas para tentarem fazer uma averiguação relativamente a um arrendamento que pelos vistos é um arrendamento clandestino e ilegal. Terminou dizendo que se aquele processo já estava numa fase avançada o melhor era esperar e deixar o tribunal trabalhar. Respondendo ao outro munícipe e relativamente à Rua do Comércio, disse não ser capaz de validar nada que o mesmo disse. Se uma rua inteira estivesse com casas clandestinas, coisa que pode acontecer, quando um dos clandestinos metesse um pedido de licenciamento, não era porque a rua inteira estava mal que a dele iria ficar bem, mas iria averiguar a situação. Quanto à questão dos 30cm achou curioso, e não queria falar muito porque quando os processos estão em segredo de justiça teria que se respeitar e não falar publicamente, mas em abstrato queria informar que a Câmara tinha um processo por 12cm de alinhamento, de um muro de um prédio, Que a questão dos centímetros era relativa, mas a verdade é que depois um dirigente ou um autarca poderia perder o mandato. O dirigente perdia mais do que o mandato, perdia a sua profissão. Quanto á lei das cauções urbanísticas não era imposição da Câmara nem da Assembleia, mas do decreto-lei 136/2014, que atualizou um decreto-lei anterior, de 9 de setembro de 2014, e estabelecia os critérios das cauções. As cauções eram de lei e não tinham nada a ver com aquilo que o munícipe tinha afirmado. A caução era um valor que ficava como "garantia", um valor parcelar da obra que tinha a obrigação de se fazer, no âmbito do licenciamento, mas que no final são devolvidas depois da licença de habitabilidade. A caução era uma espécie de obrigação legal para garantir o mínimo das obras de urbanização. Achou infeliz a referência que fez à Hilux que não estava numa rotunda, mas num terreno que é redondo e à volta do terreno tem uma rua. Que existe lá um plano do loteamento, que implica ruas, iluminação pública e por aí fora. Os terrenos eram da Câmara e nesse pressuposto a Câmara chegava lá, fazia a rua, fazia tudo e depois vendia-os, já com as infraestruturas feitas. Isso era o normal. Aconteceria em Gaia ou em qualquer sítio. Na altura em que o loteamento foi feito,

e não no seu tempo, os terrenos eram privados e, portanto, a Câmara não poderia ir a uns terrenos privados fazer umas ruas e meter a iluminação. Acontecia ali como acontece num loteamento de habitação. Deixou, ainda, mais alguns esclarecimentos à intervenção do senhor José Fonseca que a Câmara não podia intervir nos terrenos privados, mas os proprietários podiam tentar um acordo para que façam a obra todos ao mesmo tempo. Quando os lotes são dos mesmos, do mesmo grupo, eles entendem-se fazem as infraestruturas, nem sequer há debate. Na Rua do Comércio iria analisar o assunto. Quanto ao desempenho dos serviços confirmou que os funcionários iam ao local, faziam os levantamentos, falavam com as pessoas. Que atualmente o nível de escrutínio as regras e a burocracia exigiam que os técnicos passassem muito tempo no computador. Aconselhou o munícipe a deixar fotocópia do documento para tentar perceber o caso. ----------

Ponto 3. Período da Ordem do Dia. ----------

3.1. da Ordem de Trabalhos "Agenda Estratégica Gaia 2035 - Contributos dos Grupos Municipais". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse entender que o ponto seria mais para os membros da Assembleia e os representantes. Foi à reunião de câmara a proposta, em que o município arrancou com um projeto, no ano passado, chamado pomposamente "Agenda Estratégica 2035" A Câmara entendeu assumir o desafio por duas razões, entender que o arranque de um novo quadro comunitário, que começou o ano passado, e irá entrar em velocidade de cruzeiro juntamente com um PR. Sentiam que estavam esgotados naquilo que eram as grandes ambições estratégicas do município. Esgotados naquilo que dizia respeito, não às ideias, mas ao caráter estruturado, estratégico, articulado das ideias. E essa estratégia não se adquiria estudando, pondo uma pessoa a estudar e aprofundando um trabalho com uma pessoa ou com uma pequena equipa. Na sua opinião era mais ouvindo as instituições, ouvindo pessoas, fazendo inquéritos, fazendo tudo aquilo que foram fazendo ao longo do tempo. Chegados á presente fase, que já é uma fase relativamente derradeira, porque o objetivo era terminar rapidamente o trabalho, chegou a vez das entidades. Os senhores Presidentes de Junta já foram ouvidos e de momento seria a Assembleia Municipal, porque nela estão representados os partidos todos que passaram a ter assento depois do Ato Eleitoral de 2021. Uma segunda razão, sempre tiveram em mente que o novo PDM fosse verdadeiramente uma nova geração do PDM, um PDM que fosse, por um lado, ordenamento e planeamento urbano, mas também que fosse, por outro lado, planeamento social, uma espécie de um PDM mais PDS juntos no mesmo documento. Do lado do PDS as coisas correram bem, no momento o trabalho estava pronto para entregar, para discussão na Câmara e depois na Assembleia. A verdade é que do lado do PDM, as coisas se tinham arrastado porque a complexidade era brutal. Os casos concretos eram muito significativos e, portanto, os timings não são

timings que pudessem agilizar até porque a certa altura estavam a entrar na Área metropolitana e no país. As questões da mobilidade, as questões do ambiente, da sustentabilidade, mas também as questões sociais, tinham de estar plasmadas. Era olhar para o concelho numa perspetiva estratégica, integrada na própria região, na área metropolitana, no contexto da região. Para o efeito, convidaram o Dr. Custódio Oliveira, aliás responsável já por outros Masterplan no país, que estava a coordenar o trabalho que alegavam. Não apresentavam a agenda naquela fase, porque o objetivo era mesmo ouvir sem condicionamentos. Propôs que cada um dos grupos contribuísse, por escrito, se assim quisesse. A maior parte dos presidentes já o tinham feito e o documento seria plasmado no documento final. Gostavam muito de ter o assunto fechado rapidamente para que entre agosto e setembro, o pudessem trabalhar arduamente, para até final de setembro terem a agenda fechada~~,~~ O município tinha de ter, no âmbito da área metropolitana, o seu plano estratégico, a sua agenda estratégica para o debate que se aproximava. Deu a palavra ao Dr. Custódio Oliveira, para complementar aquilo que entendesse. Sabendo que não era membro da Assembleia, mas o ponto tinha sido marcado exatamente com as questões que estavam subentendidas e com a presença do coordenador da Agenda 2035. O coordenador falando da importância da Agenda testemunhou que em 1992 o Eng. Abílio Cardoso, professor da Faculdade de Engenharia do Porto, elaborou nessa altura um plano estratégico no qual indiretamente tinha colaborado. Esse plano serviu o presidente Fernando Gomes, Rui Rio e Rui Moreira. Quando as coisas são projetadas para o futuro, muitas vezes acabavam por ser úteis a todos, independentemente das opções políticas que cada um tivesse, porque naquilo que era macro havia sempre uma hipótese de entendimento. Da sua parte, iria procurar ser maximamente rigoroso, maximamente fidedigno daquilo que ouvia ou lhe chegava. Foi assim nas reuniões todas em que participou com a cultura, com a educação, com o desporto, com os senhores presidentes de Junta, por aí adiante.----------

Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN), disse ser o tema deveras importante. As linhas orientadoras estratégicas para Gaia eram essenciais para a altura em que nos encontrávamos. Por isso, aceitando o repto lançado pelo Senhor Presidente, iriam apresentar na próxima semana, por escrito, as propostas que o PAN entendia ser o mais adequado.----------

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH), disse também que o grupo Municipal do CH iria apresentar os seus pontos, até dia 31 de julho, ao Presidente Dr. Eduardo Vítor, para que Gaia fosse mais ambiciosa. ---

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU), cumprimentou em particular o Executivo, pela abertura aos gaienses do delinear da agenda, assim como à própria Assembleia Municipal por ter dado a oportunidade de reflexão sobre o concelho. Era importante e valorizavam o debate sobre a discussão de uma agenda de desenvolvimento para o concelho, era necessariamente uma oportunidade para refletir sobre o estado de Vila Nova de Gaia em 2024, a partir dos seus desafios, oportunidades, fragilidades e apontar uma política alternativa de desenvolvimento do território. Pensar Vila Nova de Gaia até 2035 era também a oportunidade para refletir sobre o concelho em 2024. Um concelho que no final do atual ciclo autárquico completa o

primeiro quarto do século XXI. Nesse sentido, associavam-se á iniciativa naquilo que era fundamental ter presente, uma nova forma de pensar o poder local, para lá da construção de infraestruturas de estradas ou de rotundas, ou até de avaliar, este ou aquele presidente de Câmara, pelo número de placas com o seu nome ou pela proporção da sua despesa de capital. Não para criticarem mas pelo contrário, falar da importância do poder local, já que todos devemos aos vários presidentes de Câmara, aos vários presidentes de Junta, esse mesmo desenvolvimento e aos vários partidos, designadamente a CDU, que tiveram responsabilidades nesse sentido, com provas dadas por todo o país, por todos os partidos que tiveram responsabilidade no poder local e no que dizia respeito ao seu desenvolvimento infraestrutural, tiveram um contributo decisivo para o país que tinham. Contudo, segundo o mesmo, existia a necessidade de um novo paradigma do poder local, que pensasse as necessidades da sua população numa perspetiva continuada de resposta a novas exigências. O Senhor Presidente, também já tinha apontado a mobilidade, a habitação, a estabilidade dos apoios sociais, no desporto, no lazer e na cultura, como elementos centrais da melhoria da qualidade de vida. Estavam disponíveis para o envio das preocupações que pautavam a intervenção da CDU no que dizia respeito ao território. Achava pertinente haver um espaço também para a reflexão naquela Assembleia. Pensar politicamente, naquele horizonte temporal implicava, em primeiro lugar, a concretização do próprio aparelho do poder local por via da regionalização. Nenhum debate, acerca do futuro do poder local e o futuro do território, deveria passar ao lado daquela primeira dimensão como condição necessária para o planeamento estruturado da região. E noutro plano, também no que dizia respeito ao aparelho do poder local, a reposição das freguesias, correspondendo à vontade das populações em Vila Nova de Gaia, as populações viram-se representadas pelos seus órgãos, que deram voz à luta de uma década e, em particular na freguesia de Seixezelo. Continuou dizendo que noutros capítulos, era verdade que estávamos a chegar ao primeiro quartel do século XXI. No capítulo dos transportes, se calhar não. A valorização do transporte público era, porventura, das maiores políticas do século XXI, já que cruzava com uma nova forma de pensar as cidades no plano urbano e também no plano ambiental. As palavras revolução, mudança de paradigma, transformação, ditas em torno da preparação da rede unir não tiveram materialização no terreno. Viram-se problemas, muitos deles já resolvidos. Alterações, perturbações. Até 2035, precisávamos de mais Metro, do transporte fluvial e para ontem precisávamos da eliminação das portagens na SCUT A29. Naquilo que respeitava á habitação, sendo um problema identificado pelas forças que compunham a CDU há décadas, não se podia ignorar a centralidade que ocupava nas preocupações dos gaienses devido à conjugação e à situação política nacional e até internacional. No capítulo da habitação, indubitavelmente marcaria o atual mandato autárquico a questão em torno do PR. Serviria também como prova que, por mais que o Executivo tivesse vontade ou fizesse o que estivesse ao seu alcance, ou que fosse para além em certas medidas das suas aparentes possibilidades, enquanto o Estado central não se chama para si a responsabilidade, o problema 2035 não teria a resolução que se impunha. Lembrou a necessidade do Simplex do Urbanismo.

Pela preocupação que têm por verem retirados os instrumentos de um município para a definição do planeamento urbano do seu território, sobretudo sobre um falso pretexto e falsos argumentos, designadamente de que aquela ideia de que é responsabilidade dos municípios e responsabilidade Presidente de Câmara. O aparelho burocrático em torno da urbanização do país. Um debate que queriam para o futuro e que merecia uma tomada de posição e debate na Assembleia. Vila Nova de Gaia precisava de ser um concelho do trabalho com direitos, de fixação de trabalhadores com estabilidade e salários dignos A esse respeito, a fixação de grandes empresas que no papel parecia positiva e era positiva, poderia ter efeitos perversos. Que o dissessem as trabalhadoras da Pérola, que viviam com assédio e atropelos à lei enquanto costuravam roupa. Cada uma dava mais lucro que o seu salário e viram o despedimento e a sua vida virada do avesso. Para lá da solidariedade com as trabalhadoras, deveria ser um caso de motivo de reflexão. Vila Nova de Gaia teria de ser um concelho de lazer pela criação de espaços verdes de proximidade, integrados na criação de uma estratégia municipal para a vasta estrutura ecológica do concelho, não esquecendo os riscos e as questões associadas aos resíduos.-Uma política de desenvolvimento social para a humanização de políticas para a educação pelas crianças e o seu direito a brincar. O transporte escolar, as creches e o pré-escolar para todas as crianças e pela criação e capacitação de equipas multidisciplinares nas escolas de apoio às necessidades identificadas no âmbito da Acão Social Escolar.-Continuou afirmando que precisávamos responder a uma necessidade há muito identificada e atualmente presente na mais recente newsletter do Observatório Social de Gaia, a necessidade de um programa municipal para a escassez de equipamentos informáticos e digitais que-consiga levar as escolas também para o século XXI. O futuro de Vila Nova de Gaia, enquanto território desenvolvido, passava naturalmente por uma Gaia multicultural, de integração, digna de quem escolhia o território para viver e trabalhar. Também a escola tinha um papel importante na afirmação de uma Gaia livre de racismo e xenofobia. Terminou dizendo não existir modelo de desenvolvimento de qualquer território que não colocasse as políticas para a cultura como alavanca da sua afirmação e eixo central do progresso da sua população. Políticas em três eixos apoio à criação, apoio à programação e apoio à formação de jovens artistas. Apoio à criação pelo apoio a estruturas criativas concelho, aliás, muitas delas com pontuação de excelência, mas fora dos apoios das Artes. Apoio à programação pela valorização que fazíamos e crescimento sustentado da Bienal-Internacional de Arte de Gaia.-Aos vários festivais, aos vários outros eventos que colocavam Gaia em Portugal ao nível da sua importância e também os apoios à formação de jovens artistas, músicos e futuro trabalhadores da cultura. Que os desafios eram muitos, as necessidades multiplicavam-se, as exigências da população deveriam encontrar no poder local quem fizesse da sua intervenção a melhoria das condições de vida do nosso povo. Estavam disponíveis para fazer parte dessa construção ampla, dessa construção democrática, plural e coletiva que afirmavam todos os dias no terreno. Seria nesse espírito que encontrariam e irão continuar a encontrar os eleitos da CDU. E, naturalmente, nesse

espírito fariam chegar ao Senhor Presidente e ao Dr. Custódio de Oliveira, mas de uma forma mais sintética e mais objetiva, as preocupações que norteavam a intervenção da CDU ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE), disse ter acabado de ouvir, pelo testemunho do Senhor Presidente da Câmara e também pelo testemunho do Dr. Custódio Oliveira, que já havia trabalho realizado. E nesse sentido, às vezes ter opiniões de outros sobre alguns assuntos poderia influenciar a forma de pensar, de refletir, etc. Dado o prazo que o presidente da Câmara apontou, para setembro, perguntava se poderiam ter acesso, a essa mesma reflexão, já feita, e trabalho já gizado. O Grupo Municipal do BE, com certeza que iria refletir sobre temáticas como transportes públicos e coletivo, a par de uma implementação de mobilidade ativa pedonal para Vila Nova de Gaia, transporte marítimo, espaços urbanos. Havia a questão de outros modos ativos de mobilidade e também ordenamento agroflorestal. Para terminar, a educação ambiental e outros pontos também relacionados com a educação, seriam os seus contributos que, na altura certa, fariam chegar diretamente ao Senhor Presidente da Câmara.----------

Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD) disse, quando receberam o agendamento da reunião, ficaram com muitas dúvidas, pelo teor e também porque na última reunião de líderes questionaram o Presidente da Assembleia Municipal se tinha mais alguma informação. Perante a explicação dada ali pelo senhor Presidente da Câmara já estava tudo clarificado e por isso o Grupo Municipal do PSD iria fazer chegar as suas propostas a tempo e horas, como tem feito, aliás já algumas delas no tempo de direito da de oposição. Precisava de um pedido de esclarecimento, que era o seguinte: em outubro de 2023, quando abordaram o assunto, foi dito que iriam ser enviados para as populações 140.000 inquéritos, paralelamente, e se existisse um inquérito online, iriam existir focus grupos. Relativamente à primeira parte, a parte do inquérito, a pergunta era se efetivamente ele tinha sido feito porque, perguntou a algumas pessoas, e ninguém tinha recebido esse inquérito. O inquérito online estava lá só para perceber a metodologia, que estava a ser utilizada, o que também considerava ser importante, se já tivessem o resultado desse inquérito, se poderiam partilhar, porque era um documento conjunto, que ultrapassava a todos os representantes dos partidos. A terminar, disse que o Grupo Municipal do PSD também daria contributos, com base no resultado desse inquérito, se já tivessem os resultados. ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) disse, em complemento da intervenção feita pelo orador anterior e seu colega de bancada, que o PSD, desde a primeira hora, se tinha preocupado em fazer propostas que tivessem impacto estratégico no concelho de Gaia. Fizeram, no seu entender, uma das propostas mais relevantes para o concelho de Vila Nova de Gaia. Não conseguindo trazer para o concelho uma fábrica da Mercedes-Benz ou uma fábrica da BMW, ou outro projeto tão importante quanto esses, trouxeram um projeto que poderia ser extremamente importante para Vila Nova de Gaia: a proposta relativa ao Museu da Globalização, que se poderia intitular Museu da Globalização Fernão de Magalhães. Salientou a importância do museu proposto, sendo sua convicção que não existia no Norte e, eventualmente, no país,

um museu com um impacto que se 8 de 14 5 10 15 20 25 30, referências das linhas, comparasse com o museu que propuseram ser feito. A este propósito falou do impacto que os museus tiveram em Poitiers e em Bilbau. Considerou que o Museu da Globalização a construir em Vila Nova de Gaia deveria ser o museu da viagem e da expansão da humanidade, um museu pedagógico com conteúdos de antropologia, botânica, ciência marítima, ciência ligada à construção naval, enfim, com um vasto conjunto de temáticas científicas. Pensam que o museu seria estratégico para o Concelho de Gaia e que poderia atrair a vinda a Vila Nova de Gaia de centenas de milhares de turistas por ano. Referiu o Museu dos Coches e o Museu Nacional de Arte Antiga como importantes para chamar muita gente a Lisboa. Referiu, ainda, que o PSD iria dar o seu contributo para o plano estratégico Gaia 2035.Por fim, lamentou o facto de ter contactado o Senhor Presidente da Câmara no sentido de desenvolverem o projeto do Museu e o mesmo não ter estado recetivo aos contactos telefónicos e por sms por si efetuados, não devolvendo as chamadas efetuadas, apesar de a tal se ter comprometido. Lamentou, também, a falta de consideração e de respeito que esta atitude representa. ------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) da parte do Grupo Municipal do PS, comprometeu-se até ao fim do mês contribuir para o debate apresentando propostas. Disse ainda, que também seria interessante, se fosse possível, se a Agenda permitisse, porque desconhecia se estava previsto alguma assembleia, entretanto, também isso ser um ponto em que pudessem fazer debate ali sobre a questão, para além da entrega de um concreto do documento.----------

Dr. Custódio Oliveira/Coordenador Agenda 2035 informou que os inquéritos foram feitos, foram lançados, todas as semanas recebiam inquéritos preenchidos online. Naquela semana tinham chegado cinco, todas as semanas continuavam a chegar. Enquanto não fechassem a possibilidade de receber, continuavam a receber os inquéritos online porque achavam importante. Disse também que houve um esforço extra para além do papel, para além do online, que foi a formação a um conjunto de jovens, cerca de duas dezenas, que depois fizeram os inquéritos, tendo ido a vários locais públicos, junto de centros de saúde, etc., e preencheram também eles, um inquérito. O apanhado que dispunham, no momento, em termos dos inquéritos já era de 120 páginas e não estava lá tudo, só a síntese. Portanto, estavam a trabalhar essa parte e aquilo que poderia dizer era que continuarão a receber todos aqueles que forem preenchidos online. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues agradeceu em nome de todos, ao Dr. Custódio Oliveira o ter estado ali a apresentar esclarecimentos.----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que, conforme articulado em Reunião de Líderes, os Pontos 3.2 a 3.5 serão discutidos em conjunto, com votação em separado. ----------

3.2. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reabilitação dos Jardins e Construções secundárias da Casa Barbot – Aprovação dos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2022 - € 0 (€ -8.461,68); ----------

•Ano 2023 - € 0 (€ -276.709,39); ----------

•Ano 2024 – € 140.000,00 cento e quarenta mil euros); ----------

•Ano 2025 - € 145.174,07 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e quatro euros e sete cêntimos)".

3.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Substituição de Contadores no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

Águas de Gaia, EM SA – Contadores - 43322 ----------

•Ano 2024 (5 meses) - € 145.833,30 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta cêntimos); ----------

•Ano 2025 (12 meses) - € 349.999,92 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e dois cêntimos); ----------

•Ano 2026 (7 meses) - € 204.166,78 (duzentos e quatro mil, cento e sessenta e seis euros e setenta e oito cêntimos); ----------

Total - € 700.000,00 (setecentos mil euros) acresce IVA dedutível. ----------

Águas de Gaia, EM SA – Serviços Substituição – 62218 ----------

•Ano 2024 (5 meses) - € 41.666,65 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos); ----------

•Ano 2025 (12 meses) - € 99.999,96 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos); ----------

•Ano 2026 (7 meses) - € 58.333,39 (cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três euros e trinta e nove cêntimos); ----------

Total - € 200.000,00 (duzentos mil euros) acresce IVA dedutível". ----------

3.4. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto Assessoria Jurídica a Procedimento de Contratação Pública de prestação de serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2024 (6 meses) - € 40.000,00 (quarenta mil euros); ----------

•Ano 2025 (12 meses) – € 80.000,00 (oitenta mil euros); ----------

Total - € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) acresce IVA". ----------

3.5. da Ordem de Trabalhos ""Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Estacionamento para a frota de veículos da Gaiurb – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2024 (7 meses) - € 16.210,46 (dezasseis mil, duzentos e dez euros e quarenta e seis cêntimos); -------

•Ano 2025 (12 meses) - € 27.789,54 (vinte e sete mil, setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos); ----------

Total - € 44.000,00 (quarenta e quatro mil euros)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.2. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.4. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.5. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.6. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição dos Armazéns para instalação de Serviços Municipais, sitos na Rua Água da Sombra, Freguesia de Vilar de Andorinho, do seguinte: ----------

•Aquisição do prédio urbano, sito na Rua Água da Sombra, número 147, Freguesia de Vilar de Andorinho, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 1984 da Freguesia de Vilar de Andorinho e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3025, pelo montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros) descontado a esse montante o valor das rendas entretanto pagas até à data de Celebração da Escritura de Compra e Venda". ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, Serafim Teixeira (PS) declarou que a aquisição daqueles armazéns para instalação dos serviços municipais em Vilar de Andorinho iria resolver um constrangimento , perto do centro da cidade, junto à EN222, descentralizando-os para uma zona menos congestionada de trânsito, porque para além de fácil acesso a EN222, poderão utilizar a A20 e a A29, facilitando a deslocação para as diversas zonas do concelho, conforme documento em anexo **(vide anexo 1).**

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.6. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 01 abstenção do CH. ----------

3.7. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Mariano de Carvalho, Av. Da República (Granja), Freguesia de São Félix da Marinha; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Alameda dos Jardins da Arrábida, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Travessa do Arco, Freguesia de Arcozelo; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua de Lijó, Freguesia de Vilar de Andorinho; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Alves Redol, Freguesia de Vilar de Andorinho; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua de Medeiros, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; -----

•Posturas Municipais de Trânsito na Freguesia de Canidelo; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Avenida Manoel Oliveira, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Avenida da República, Vila Nova de Gaia; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Central, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma;

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Agro, Freguesia de Arcozelo". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa, informou que a próxima sessão da Assembleia Municipal seria dia 25 de julho, na qual seriam acrescentados os pontos das Reuniões de Câmara Municipal de 15 julho e do próximo dia 22 de julho. A conferência de líderes seria na terça-feira, 23 de julho às 18h30. Na próxima reunião terminaria o conjunto de reuniões que estavam previstas para o período antes das férias.----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo2).** ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 22 horas e 40 minutos do dia 18 de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal – Dr. Albino Almeida e Sras. Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gaia – ~~Dr. Eduardo Vitor Rodrigues~~

Exmas. Sras. e Srs. Vereadores

Caros colegas Presidentes de Junta

Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Público, Polícia Municipal, Colaboradores da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Muito boa noite

A aquisição dos armazéns para instalação dos serviços municipais em Vilar de Andorinho vem resolver um constrangimento destes, perto do centro da cidade, junto à Estrada Nacional 222, descentralizando-os para uma zona menos congestionada de trânsito, porque para além do fácil acesso à 222, poderão utilizar a A20 e A29 facilitando a deslocação para as diversas zonas do Concelho, deixando as atuais instalações disponíveis para poderem ser reafectas a outras atividades.

Estas instalações são compostas por dois pavilhões e ainda um logradouro com área significativa que permite estacionar muitas das viaturas e máquinas da Câmara no seu interior que, ao contrário da Suma, não vai prejudicar o trânsito na referida rua.

Agradeço à Câmara de Gaia, na pessoa do Sr. Presidente por transformar Vilar de Andorinho numa Freguesia com melhores equipamentos, que ajudaram na melhoria da qualidade de vida das Nossas populações, de tal forma que a tornou mais capaz de receber este tipo de serviços, nestas instalações, para uma melhoria contínua dos mesmos e também melhorando a dinâmica e desenvolvimento da Freguesia.

Refiro, por exemplo, algumas destas melhorias:

- A **construção do Centro de Saúde**;

- A requalificação da **Praça**, da **Igreja** e do **edifício da Junta de Freguesia**;

- A **requalificação da Rua Heróis do Ultramar e tantas outras como a Rua Água da Sombra, aqui referida**;

- A requalificação do **edifício sede do Rancho folclórico de Vilar de Andorinho**;

- A segunda fase da **requalificação da urbanização de Vila D'Este**;

- A requalificação de **várias escolas**;

- **A requalificação do Centro Comunitário**;

- A ligação da **linha amarela de Santo Ovídeo até Vila D'Este**.

As diversas melhorias ao nível material e outras ao nível do imaterial têm-se refletido na procura de habitações, inflacionando o preço das mesmas.

O Sr. Presidente está de parabéns por aumentar mais este património a outros, da Câmara de Gaia.

Acredito que este equipamento irá beneficiar os serviços e também ter um bom reflexo na nossa Freguesia.

Agradeço mais uma vez todo o apoio efetuado pelo Sr. Presidente da Câmara que tanto tem ajudado no progresso da nossa Terra.

Muito Obrigado.

VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V.N. GAIA

ANEXO N.º 2

MINUTA DE ATA Nº 53

Reunião Extraordinária de 18.07.2024

Ao décimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Extraordinária, tomou as seguintes deliberações: -----

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------
   a) **Os Grupos Municipais deram o seu contributo para a** "Agenda Estratégica Gaia 2035 - Contributos dos Grupos Municipais", **referente ao Ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos.** -
   b) **Foi o ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reabilitação dos Jardins e Construções secundárias da Casa Barbot – Aprovação dos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------
      - Ano 2022 - € 0 (€ -8.461,68); ----------
      - Ano 2023 - € 0 (€ -276.709,39); ----------
      - Ano 2024 – € 140.000,00 cento e quarenta mil euros); ----------
      - Ano 2025 - € 145.174,07 (cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e quatro euros e sete cêntimos)". ----------

      Aprovado por Unanimidade. ----------
   c) **Foi o ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Substituição de Contadores no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

      Águas de Gaia, EM, SA – Contadores - 43322 ----------
      - Ano 2024 (5 meses) - € 145.833,30 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta cêntimos); ----------
      - Ano 2025 (12 meses) - € 349.999,92 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e dois cêntimos); ----------
      - Ano 2026 (7 meses) - € 204.166,78 (duzentos e quatro mil, cento e sessenta e seis euros e setenta e oito cêntimos); ----------

      Total - € 700.000,00 (setecentos mil euros) acresce IVA dedutível. ----------

      Águas de Gaia, EM, SA – Serviços Substituição – 62218 ----------
      - Ano 2024 (5 meses) - € 41.666,65 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos); ----------

- Ano 2025 (12 meses) - € 99.999,96 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos); ----------
- Ano 2026 (7 meses) - € 58.333,39 (cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três euros e trinta e nove cêntimos); ----------

Total - € 200.000,00 (duzentos mil euros) acresce IVA dedutível". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

d) **Foi o ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto Assessoria Jurídica a Procedimento de Contratação Pública de prestação de serviços de Recolha e Transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 (6 meses) - € 40.000,00 (quarenta mil euros); ----------
- Ano 2025 (12 meses) – € 80.000,00 (oitenta mil euros); ----------

Total - € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) acresce IVA". ----------

Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção da IL. ----------

e) **Foi o ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Estacionamento para a frota de veículos da Gaiurb – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 (7 meses) - € 16.210,46 (dezasseis mil, duzentos e dez euros e quarenta e seis cêntimos); ----------
- Ano 2025 (12 meses) - € 27.789,54 (vinte e sete mil, setecentos e oitenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos); ----------

Total - € 44.000,00 (quarenta e quatro mil euros)". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

f) **Foi o ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição dos Armazéns para instalação de Serviços Municipais, sitos na Rua Água da Sombra, Freguesia de Vilar de Andorinho, do seguinte: ----------

- Aquisição do prédio urbano, sito na Rua Água da Sombra, número 147, Freguesia de Vilar de Andorinho, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 1984 da Freguesia de Vilar de Andorinho e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3025, pelo montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de

euros) descontado a esse montante o valor das rendas entretanto pagas até à data de Celebração da Escritura de Compra e Venda". ----------

Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 01 abstenção do CH. ----------

g) **Foi o ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua Mariano de Carvalho, Av. Da República (Granja), Freguesia de São Félix da Marinha; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Alameda dos Jardins da Arrábida, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Travessa do Arco, Freguesia de Arcozelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Lijó, Freguesia de Vilar de Andorinho; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Alves Redol, Freguesia de Vilar de Andorinho;
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Medeiros, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito na Freguesia de Canidelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Avenida Manoel Oliveira, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Avenida da República, Vila Nova de Gaia; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Central, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Agro, Freguesia de Arcozelo". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 22 horas e 40 minutos do dia 18 de julho de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)